

**ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.**

**CLPQ 03/DOP/22**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO**

**“VIGILÂNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ADSA”**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**JULHO 2022**

## ÍNDICE

Objeto.....	3
Elementos do contrato .....	3
Vigência.....	3
Obrigações do Cocontratante .....	4
Local da prestação dos serviços .....	5
Horário dos serviços.....	6
Utilização das instalações e equipamentos.....	6
Objeto e prazo do dever do sigilo.....	7
Privacidade e proteção de dados pessoais.....	8
Patentes, licenças e marcas registadas .....	9
Preço .....	10
Condições de pagamento.....	10
Fatura eletrónica.....	10
Sanções contratuais .....	11
Força maior.....	13
Resolução por parte da AdSA.....	14
Resolução por parte do Cocontratante .....	15
Caução .....	15
Seguros .....	16
Foro competente .....	16
Responsabilidades.....	17
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	17
Comunicações e notificações .....	17
Contagem dos prazos .....	17
Legislação aplicável.....	17
ANEXO I.....	18
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	18
1. Caracterização .....	19
2. Requisitos Técnicos/Atribuições .....	19
3. Segurança e Saúde no Trabalho.....	22

## **Capítulo I**

### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de vigilância das instalações da AdSA, pela “AdSA - Águas de Santo André, S. A.”, adiante designada por AdSA, com observância das especificações técnicas constantes do presente caderno de encargos e respetivo anexo.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Elementos do contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela AdSA;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Vigência**

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de início de produção de efeitos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação.

## Capítulo II

### Obrigações contratuais

#### Secção I

#### Deveres do Cocontratante

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Obrigações do Cocontratante

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

- a) Disponibilizar o número suficiente de meios humanos com qualificação técnica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes da AdSA;
- b) Cumprir todas as especificações e requisitos definidos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos;
- c) Assegurar o cumprimento dos horários do pessoal de vigilância, a prestação contínua do serviço em 24 horas, todos os dias, com horários de trabalhos que não excedam os limites legais, e em cumprimento de todos os direitos e garantias do pessoal de vigilância;
- d) Definir normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adjudicante;
- e) Fornecer ao seu pessoal os materiais, aparelhos, instrumentos, impressos, utensílios e equipamentos indispensáveis à boa prestação dos serviços;
- f) Constitui também responsabilidade do Cocontratante eventuais prejuízos que possam ocorrer nos equipamentos da entidade adjudicante, sempre que se verifique que os mesmos foram danificados por negligência do seu pessoal;
- g) Executar os serviços, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- h) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdSA;
- i) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- j) O Cocontratante obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar;
- k) Prestar as informações que forem solicitadas pela AdSA.

2. Todas as despesas e custos com fardamento, deslocação, material dos vigilantes, cartões profissionais, alimentação, saúde, seguros, formação, bem como todos os custos eventualmente resultantes de alterações normativas, são exclusivamente da responsabilidade do Cocontratante.
3. O Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, sempre de acordo e articulação com as determinações da AdSA.
4. A AdSA reserva-se no direito de proceder à fiscalização da execução de todos os trabalhos de segurança e a determinar, unilateralmente, a alteração às condições de execução, incluindo a substituição de qualquer elemento da equipa, podendo sempre que assim o entender e sem prejuízo de rescindir o contrato, fazer cumprir, ao pessoal do Cocontratante, a realização de tarefas que enquadrando-se no âmbito do contrato, não sejam satisfatoriamente asseguradas, sempre que na ótica e na prestação de se atingirem os requisitos mínimos do bom atendimento e segurança das instalações, pessoas e bens.
5. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de cumprimento do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização nos termos do disposto na cláusula 15ª, nº 3 do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Local da prestação dos serviços**

- I. Os serviços objeto do contrato serão prestados nos seguintes locais:

- I. Sede da AdSA, sito na Cerca da Água, Rua dos Cravos, em 750-130 Vila Nova de Santo André, compreendendo todos os edifícios, instalações técnicas, espaços interiores e exteriores aí compreendidos. Estão englobadas nas instalações vigiadas pela Portaria: edifício administrativo, que inclui a loja de atendimento ao público; edifícios do Centro Operacional, edifícios das oficinas, armazém, balneários; outras instalações operacionais de relevância para a atividade da AdSA.
- II. ETA de Morgavel, 7520-015 Sines, compreendendo todos os edifícios, instalações técnicas, espaços interiores e exteriores aí compreendidos. Estão englobadas nas instalações vigiadas pela Portaria: edifício administrativo, edifício II, edifício da galeria de filtros, edifício da cloragem, edifício das lamas, armazéns (2); outras instalações operacionais de relevância para o sistema de Abastecimento de Água.
- III. ETAR da Ribeira dos Moinhos, 7520-084 Sines, compreendendo todos os edifícios, instalações técnicas, espaços interiores e exteriores aí compreendidos. Estão englobadas nas instalações vigiadas pela Portaria: edifício administrativo, edifício das

lamas; outras instalações operacionais de relevância para o sistema de Saneamento de Águas Residuais.

IV. RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André (aterro), Estrada da Maria da Moita, Pinhal do Concelho, 7540-065 Santiago do Cacém, compreendendo todos os edifícios, instalações técnicas, espaços interiores e exteriores aí compreendidos. Estão englobadas nas instalações vigiadas pela Portaria: edifício administrativo, edifício da báscula, armazém; outras instalações operacionais de relevância para o sistema de Resíduos Industriais.

2. A vigilância dos locais indicados no número anterior deve ser efetuada por observação visual e rondas, estando afeto ao vigilante um posto fixo de trabalho (portaria), situado na entrada do recinto das instalações e com acesso visual para o exterior.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Horário dos serviços**

Na Sede da AdSA os serviços serão prestados 12 (doze) horas por dia, no horário das 08h00m às 20h00m, durante 5 dias/semana.

Na ETA de Morgavel os serviços serão prestados 12 (doze) horas por dia, no horário das 20h00m às 08h00m, todos os dias do ano.

Na ETAR da Ribeira dos Moinhos e RESIM os serviços serão prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Utilização das instalações e equipamentos**

1. O Cocontratante obriga-se a utilizar as instalações da AdSA e os materiais e equipamentos nelas instalados apenas na medida do estritamente necessário à prestação dos serviços objeto do contrato, dando-lhes um uso prudente e zelando pela sua conservação e bom estado, abstendo-se de qualquer conduta de que possa resultar a respetiva degradação.

2. O Cocontratante obriga-se a utilizar o material administrativo e todos os equipamentos de segurança e vigilância necessários à prestação de serviços objeto do contrato, fornecidos pela AdSA, responsabilizando-se pela sua manutenção, e por todos os encargos relacionados com a sua utilização.

3. As chaves e outros artigos eventualmente confiados pela AdSA ao Cocontratante apenas podem ser por este utilizados para a prestação de serviços objeto deste contrato.

4. A AdSA obriga-se a disponibilizar ao Cocontratante:

a) Um posto informático administrativo para uso exclusivo do objeto do contrato;

- b) Energia elétrica para iluminação das áreas a vigiar e para o funcionamento de máquinas a utilizar;
  - c) Cacifos destinados a arrumação e guarda das fardas dos vigilantes, bem como de outro material imprescindível à execução da prestação;
  - d) Água, luz e equipamentos informáticos para o exercício das funções.
5. A AdSA obriga-se a prestar ao Cocontratante a seguinte informação:
- a) Localização e manual de operações de quadros elétricos, gás, boca-de-incêndio, extintores e demais equipamento de segurança;
  - b) Telefones e extensões existentes nas instalações, com referência aos seus utilizadores;
  - c) Chaveiro hierarquizado de serviço;
  - d) Planta dos edifícios.
6. A AdSA obriga-se a facultar ao Cocontratante, quando existentes, manuais de segurança, manuais do utilizador, planos de evacuação e outros elementos com eventual interesse para o bom desempenho dos serviços de vigilância.

## **SUBSECÇÃO I**

### **DEVER DE SIGILO**

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Objeto e prazo do dever do sigilo**

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AdSA, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor mesmo após o termo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, bem como a obrigação de proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. A violação dos deveres de sigilo do presente artigo, bem como do constante da cláusula 4.<sup>a</sup>, n.º 1, alínea i) do presente caderno de encargos, além da sanção prevista na alínea j) da

referida cláusula, é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização nos termos do disposto na cláusula 15ª, nº 3 do presente caderno de encargos.

## **Cláusula 9.ª**

### **Privacidade e proteção de dados pessoais**

1. O Cocontratante obriga-se a cumprir a legislação comunitária e nacional referente à privacidade e à proteção de dados pessoais, obrigando-se a adotar as melhores diligências para a prossecução dos princípios de tratamento de dados pessoais.
2. O Cocontratante obriga-se expressamente a utilizar e salvaguardar a informação confidencial, em particular de dados pessoais a que tenha acesso, única e exclusivamente para a boa execução do contrato celebrado, devendo garantir a execução de medidas técnicas e organizativas adequadas para satisfazer o referido no número anterior.
3. O Cocontratante obriga-se a, por qualquer forma, direta ou indiretamente, não divulgar e tomar todas as medidas que estejam ao seu alcance para impedir a divulgação e manter a confidencialidade da informação ou documentação abrangida pelo dever de sigilo, nos termos dos números anteriores.
4. O Cocontratante não pode fazer uso em benefício próprio, ou em benefício de terceiros, da informação confidencial que disponha, em particular de dados pessoais, a que tenha acesso ou que lhe sejam cedidos no âmbito do contrato celebrado, assim como não pode ceder essa informação confidencial a terceiros, ou efetuar qualquer alteração, sem solicitar formalmente à AdSA, para o que esta deve, previamente e por escrito, conceder autorização expressa para tal.
5. O Cocontratante é responsável perante os titulares dos dados pessoais por qualquer violação no tratamento dos mesmos, sempre que o âmbito da execução do contrato os inclua, devendo ainda comunicar de imediato, sem demoras injustificadas, após ter tido conhecimento da violação dos dados pessoais à AdSA, sem prejuízo do direito de regresso exercido pela AdSA relativamente a eventuais coimas aplicadas por violação ao regulamento, demais legislação conexa e do contrato celebrado no âmbito do presente procedimento, sendo solidariamente responsabilizado por qualquer condenação.
6. No âmbito do contrato, o Cocontratante deve acautelar juntos dos seus subcontratados, após autorização, o respeito pelo cumprimento da legislação referente à proteção de dados pessoais, fornecendo apenas a quantidade de dados pessoais estritamente necessários para a execução do contrato, bem como no cumprimento dos princípios dos dados pessoais, vinculando-os aos referidos princípios, devendo estar sempre identificados a duração, natureza e finalidades do tratamento de dados pessoais, tipo de dados pessoais, categorias dos titulares dos dados e os riscos em relação aos direitos e liberdades dos mesmos, que devem ser previamente descritos pelo subcontratante.



7. O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, excepto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.
8. Extinguindo-se o contrato, o Cocontratante e seus subcontratados deverão apagar todos os dados pessoais que lhes foram fornecidos pela entidade adjudicante para a execução do contrato, eliminando todas as cópias existentes com os dados pessoais, com a exceção dos dados que devam ser preservados ao abrigo da legislação em vigor.
9. A violação dos deveres do presente artigo e sem prejuízo das sanções legais específicas determinadas pelo regime vigente de proteção de dados pessoais, de natureza contraordenacional e ou criminal, é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização nos termos do disposto na cláusula 15ª, n.º 3 do presente caderno de encargos.

## **Cláusula 10.ª**

### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. Correm integralmente por conta do Cocontratante os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos bens/serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens/serviços, de quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se a AdSA vier a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens/serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Cocontratante por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos fatos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Cocontratante se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à entidade adjudicante ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA AdSA**

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Preço**

1. O preço base é de **€270.000,00 (duzentos e setenta mil euros)**, considerando o prazo máximo de duração da presente prestação de serviços.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a AdSA deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, em prestações mensais iguais e sucessivas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdSA, necessários para a prestação de serviços 24h/dia, todos os dias do ano, nomeadamente as despesas de alojamento do pessoal de vigilância, a sua alimentação, deslocação, meios humanos e técnicos, formação, saúde, seguros, fardamento, materiais/equipamentos necessários, bem como resultantes de eventuais alterações de custos com origens normativas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela AdSA, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela AdSA das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas depois do vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos serviços do mês a que respeitam.
3. Em caso de discordância por parte da AdSA, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Fatura eletrónica**

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.

2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º III-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo Cocontratante em formato papel.
3. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pela AdSA, as faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.”.
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS);
5. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do concurso e o número da nota de encomenda.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdSA não será objeto de qualquer cobrança adicional.

### CAPÍTULO III

#### SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

##### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### Sanções contratuais

1. Sem prejuízo das disposições previstas no CCP para o efeito e do direito de resolução do contrato, pelo incumprimento de qualquer obrigação emergente do contrato, designadamente as constantes da cláusula 4.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos e, assim, também as constantes do **Anexo I** ao presente caderno de encargos, a AdSA pode aplicar ao Cocontratante penalizações monetárias:
    - a) De **4%** do montante da prestação mensal devida, por cada **incumprimento grave**,
    - b) De **8%** do montante da prestação mensal devida, por cada incumprimento **muito grave**,
- conforme a lista de incumprimentos identificados nos quadros seguintes:

Incumprimentos graves	
a	Não apresentação dos planos de formação (anual e respetivos comprovativos/ certificados) para os vigilantes ao serviço na portaria durante a prestação de serviços
b	Não existência de rotação harmoniosa dos vigilantes em 24 horas
c	Não cumprimento das obrigações de fecho e abertura das instalações nos horários a definir para cada edifício, de efetuar a ligação e a desligação da iluminação, bem como dos equipamentos que existam ou venham a existir
d	A não realização ou não comparência nas reuniões de acompanhamento da prestação do serviço, com periodicidade trimestral
e	Não apresentação dos relatórios no final de cada turno, de acordo com a estrutura e organização propostas
f	Falha na disponibilidade de todo o equipamento de vigilância e segurança, nomeadamente equipamento portátil de comunicação, iluminação, fardamento (incluindo Identificação do colaborador e da empresa prestadora de serviços), sistema físico de rondas, entre outros
g	Falha do pessoal afeto ao serviço em se apresentar rigorosamente fardado, mantendo o fardamento impecável do ponto de vista de limpeza e conservação, devido ao não fornecimento pela empresa
h	Não responsabilização pelos prejuízos que possam ocorrer nos equipamentos da AdSA, sempre que se verifique que os mesmos foram danificados por negligência do seu pessoal
i	O não cumprimento de um requisito solicitado no Anexo I, que coloque em risco o serviço e que não tenha sido comunicado à AdSA e aceite pela mesma

Incumprimentos MUITO graves	
a	Insuficiência/falha do número de vigilantes necessários por lei para garantir o serviço de vigilância 24 horas e férias, garantindo dias de descanso e gozo de férias
b	Falha na aplicação de uma metodologia (periodicidade, equipamentos, locais) coerente, eficaz e explícita, para a realização de rondas. Incumprimento da obrigação de comunicar, diariamente, ficheiro/formulário de evidência de realização de rondas (percurso, tempos, vigilante, informação relevante, fotografia, outros), conforme os requisitos descritos no <b>Anexo I</b> ao presente caderno de encargos
c	O não cumprimento de, em caso de substituição do pessoal, informar previamente a AdSA, indicando o vigilante que será substituído e dando conhecimento dos elementos do que irá substituir

d	O não cumprimento de informar o novo membro, previamente à sua entrada ao serviço, das particularidades dos serviços a efetuar, devendo ser acompanhado por outro vigilante, de preferência o substituir, nos primeiros dias de serviço
e	Não apresentar sempre a escala de serviço na Portaria
f	O não cumprimento de sempre que houver uma alteração à escala informar a AdSA da alteração e seu motivo, bem como toda a informação do vigilante a entrar em funções, conforme alínea anterior
g	Não responder às comunicações escritas da AdSA (sugestões, solicitações, reclamações) em 10 (dez) dias úteis, no máximo, pela mesma via formal
i	O não cumprimento de um requisito legal que coloque em risco as instalações, as pessoas, o bom nome e a imagem da AdSA.

2. A aplicação das sanções referidas no número anterior pode ser concretizada através de uma compensação com o montante de qualquer prestação mensal devida pela AdSA.
3. O(s) incumprimentos atrás identificados é(são) identificado(s) e notificado(s) pela AdSA, assim que deles tenha conhecimento, via *e-mail*, à entidade adjudicante, e o valor da(s) sanção(ões) correspondente(s), é deduzido, por compensação, no pagamento mensal seguinte.
4. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
5. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, nos termos da cláusula 15.<sup>a</sup>, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
6. A pena pecuniária prevista na presente cláusula não obsta a que a AdSA exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

- 1- Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### Cláusula 16.<sup>a</sup>

#### Resolução por parte da AdSA

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos gerais, pode a AdSA resolver o contrato no caso de o Cocontratante ter acumulado **3 (três) incumprimentos muito graves** (nos termos definidos na cláusula 14<sup>a</sup>) ou **6 (seis) incumprimentos graves** (nos termos definidos na cláusula 15<sup>a</sup>).

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdSA.

3. A resolução sancionatória do contrato de aquisição de serviços, pelo incumprimento definitivo do contrato pelo Cocontratante, constitui a entidade adjudicante no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização

essa que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 810º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.

**4.** O disposto no número anterior não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

**5.** Os valores referidos nos nº 3 e 4 da presente cláusula, serão deduzidos, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 333º do CCP, das quantias devidas e/ou pela execução das garantias prestadas e/ou prosseguido judicialmente, quando não for pago voluntariamente pelo Cocontratante no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de resolução sancionatória pela entidade adjudicante.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do Cocontratante**

**1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses;
- b) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

**2.** Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AdSA, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**3.** A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO IV**

### **CAUÇÃO e SEGUROS**

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Caução**

**1.** A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite pode ser executada pela AdSA, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pela AdSA não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da AdSA para esse efeito.
4. Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Seguros**

1. O Cocontratante é obrigado a celebrar e manter válido um seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho garantindo a responsabilidade por danos decorrentes de ações ou omissões praticados no exercício da sua atividade conexas com o objeto desta prestação de serviços, abrangendo quaisquer pessoas de que se sirva na sua atividade.
2. As apólices de seguro referidas no ponto anterior e legislação aplicável devem ser apresentadas após a notificação da adjudicação e no prazo estabelecido pela AdSA para o efeito, obrigando-se o Cocontratante a mantê-las válidas até ao final da vigência do contrato.
3. A AdSA pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das referidas apólices.
4. As apólices de seguro e respetivas franquias constituem encargo único e exclusivo do Cocontratante, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada e estabelecida em Portugal.

## **CAPÍTULO V**

### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 21.ª**



## **Responsabilidades**

O Cocontratante é o único responsável pelos danos provocados a pessoas e bens originados pelo carácter defeituoso do fornecimento, ainda que resultantes de descuido, incúria ou má-fé dos agentes que tenha ao seu serviço, cabendo-lhe ressarcir os mesmos.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. O Cocontratante não poderá recorrer à subcontratação ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da AdSA.
2. A autorização prevista no ponto anterior estará sempre sujeita ao estipulado no artigo 316º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, as notificações e comunicações entre as partes do contrato serão dirigidas, nos termos do disposto no CCP, à respetiva sede contratual.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

## **I. Caracterização**

### **I.1. Trabalhadores de vigilância:**

- a) Número de vigilantes necessários por lei para garantir o serviço de vigilância 24 horas, durante todos os dias do ano, garantindo dias de descanso e gozo de férias.

### **I.2. Condições físicas do local da prestação:**

#### Sede da AdSA

- a) Com área total a vigiar: cerca de 34.000 m<sup>2</sup>, com 1 entrada e 8 edifícios;
- b) Portaria independente localizada na zona de entrada principal - de acesso ao edifício sede e de acesso aos demais edifícios, e de entrada e saída de viaturas operacionais e de visitantes;
- c) Existência de alarmes de incêndio – visualização (pelos vigilantes) e contacto com responsáveis e entidades.

#### ETA de Morgavel

- d) Com área total a vigiar: cerca de 17 hectares, com 3 entradas e 7 edifícios;
- e) Portaria independente localizada na zona de entrada principal - de acesso ao edifício sede e de acesso aos demais edifícios, e de entrada e saída de viaturas operacionais e de visitantes;

#### ETAR da Ribeira dos Moinhos

- f) Com área total a vigiar: cerca de 9,2 hectares, com 1 entrada e 3 edifícios;
- g) Portaria independente localizada na zona de entrada principal - de acesso ao edifício sede e de acesso aos demais edifícios, e de entrada e saída de viaturas operacionais e de visitantes;

#### RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André

- h) Com área total a vigiar: cerca de 59 hectares, com 1 entrada e 4 edifícios;
- i) Portaria independente localizada na zona de entrada principal - de acesso ao edifício sede e de acesso aos demais edifícios, e de entrada e saída de viaturas operacionais e de visitantes;
- j) Existência de alarmes de incêndio – visualização (pelos vigilantes) e contacto com responsáveis e entidades.

## **2. Requisitos Técnicos/Atribuições**

- a) Deve possuir modelos de relatórios de acompanhamento da execução dos serviços e outros;
- b) Criação de planos de formação para os vigilantes ao serviço nas portarias dando resposta às tarefas e exigências da Portaria e da atualidade;

- c) Rotação harmoniosa dos vigilantes em 24 horas: evidenciar o cumprimento do horário legal de trabalho, turnos e custos;
- d) Gestão e exploração do sistema de segurança, tendo em conta as especificidades técnicas, humanas e físicas das instalações, contemplando os equipamentos de vigilância referidos no ponto I.2;
- e) Fecho e abertura das instalações nos horários a definir para cada edifício, bem como efetuar a ligação e a desligação da iluminação, bem como, equipamentos que existam ou venham a existir com a finalidade de segurança e consoante determinado, caso a caso, pelo responsável de cada instalação e a ser determinado oportunamente;
- f) Definir e aplicar uma metodologia (periodicidade, equipamentos, locais) coerente, eficaz e explícita, para a realização de rondas. Comunicar, diariamente, ficheiro/formulário de evidência de realização de rondas (percurso, tempos, vigilante, informação relevante, fotografia, outros). As rondas serão essencialmente periféricas com principal incidência nas áreas sensíveis e pontos críticos a definir conjuntamente com o responsável das instalações, prestando especial atenção aos desperdícios de energia e às situações potencialmente perigosas, tais como, portas e janelas abertas, luzes acesas, torneiras abertas, etc...;
- g) Organização e gestão adequada dos chaveiros de instalações, gabinetes e viaturas, existentes nas Portarias;
- h) Controlar e registar, eletronicamente, de acordo com as diretivas internas cedidas pela AdSA em formação inicial ao Cocontratante no início da prestação de serviços, todos os movimentos de entradas e saídas de pessoas e viaturas que acederem às instalações através das portarias (viaturas de serviço, visitantes, fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores);
- i) Controlar e registar, em impresso da AdSA, dados relativos a descargas de clientes, de acordo com as diretivas internas cedidas pela AdSA em formação inicial ao Cocontratante no início da prestação de serviços;
- j) Controlar e registar, eletronicamente, de acordo com as diretivas internas oportunamente cedidas pela AdSA em formação inicial, todos os movimentos de entregas de chaves das instalações e viaturas da empresa;
- k) Efetuar os serviços de portaria, tais como, prestar informação e esclarecimentos sobre identificação e orientação de visitantes, contactando os visitados, hora de entrada e saída, etc...;
- l) Reagir a qualquer emergência, desencadeando e/ou colaborando nas ações de segurança necessárias, de acordo com procedimentos internos estabelecidos através do contacto com autoridades: bombeiros, GNR, Serviço Municipal de Proteção Civil e outras entidades competentes na área da emergência, responsável de segurança interno e/ou outros intervenientes e aprovados por entidade competente (Medidas de Autoproteção);
- m) Visualizar o sistema de videovigilância que vir a ser implementado e tomar as medidas definidas internamente (p.e. contactar as autoridades e responsável de segurança interno), em caso de situações anómalas (p.e. entradas fora de horas normais, presença de pessoas estranhas ao serviço, movimentos fora do normal, descatos,

- furtos ou roubos, inundações, entre outros);
- n) Prevenir ocorrências de intrusão, furto, roubo, incêndio, inundação, sabotagem, vandalismo, desordem, de um modo geral, tudo o que implique a segurança de pessoas e bens ou a perturbação do normal funcionamento da atividade da AdSA;
  - o) Cumprir e fazer cumprir as instruções, normas e regulamentos internos, relativos à proteção e segurança, estabelecidos e em vigor;
  - p) Hastear bandeiras, caso existam;
  - q) Realizar reuniões de acompanhamento da prestação do serviço, com periodicidade trimestral, para expor eventuais dificuldades sentidas e propondo soluções de melhoria;
  - r) Apresentar relatórios no final de cada turno, de acordo com a estrutura e organização propostas;
  - s) Em caso de substituição do pessoal, informar previamente a AdSA, indicando o vigilante que será substituído e dando conhecimento dos elementos do que irá substituir. A empresa deve informar o novo membro, previamente à sua entrada ao serviço, das particularidades dos serviços a efetuar, devendo ser acompanhado por outro vigilante, de preferência o substituir, nos primeiros dias de serviço;
  - t) Definir e afixar, sempre, a escala de serviço na Portaria;
  - u) Sempre que houver uma alteração à escala informar a AdSA da alteração e seu motivo, bem como toda a informação do vigilante a entrar em funções, conforme alínea anterior;
  - v) Fornecer todo o equipamento de vigilância e segurança, nomeadamente equipamento portátil de comunicação, iluminação, fardamento (incluindo Identificação do colaborador e da empresa prestadora de serviços), sistema físico de rondas, entre outros, necessários à boa atuação e apresentação do seu pessoal;
  - w) O pessoal afeto ao serviço deve apresentar-se rigorosamente fardado, mantendo o fardamento impecável do ponto de vista de limpeza e conservação, com boa apresentação e identificado com o cartão da empresa prestadora do serviço;
  - x) Garantir que o pessoal afeto à prestação dos serviços possui conhecimentos de informática na ótica do utilizador (ferramentas como Word, Excel, Outlook, Internet Explorer, Plataforma de visualização de videovigilância);
  - y) Responsabilizar-se pelos prejuízos que possam ocorrer nos equipamentos da AdSA, sempre que se verifique que os mesmos foram danificados por negligência do seu pessoal;
  - z) Manter atualizadas as apólices de seguro de trabalho e de responsabilidade civil (ilícitos e risco), de cada vigilante;
  - aa) Dispor de plataforma web que permita de forma centralizada proceder e consultar os registos de movimentos de colaboradores, visitantes, condutores, prestadores de serviço, chaves com controlo de acessos bem como efetuar relatórios, com acesso aos registos por ambas as entidades. A plataforma deve compreender a definição de acessos, perfis e assegurar um sistema de parametrização de notificações por e-mail

e SMS. O fator de autenticação para validação de entrega e ou devolução de chaves deve compreender a utilização do cartão de ponto de colaborador. As funcionalidades descritas devem ser evidenciadas em brochuras a anexar à proposta, a AdSA reserva-se ao direito de em fase de análise de propostas, solicitar um acesso a um ambiente de demonstração;

- bb) Responder a comunicações escritas da AdSA (sugestões, solicitações, reclamações) em 10 (dez) dias úteis, no máximo, pela mesma via formal.

### **3. Segurança e Saúde no Trabalho**

- a) O Cocontratante obriga-se a cumprir e a fazer cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e saúde no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo de sua conta os encargos que daí resultem incluindo os que decorrerem de eventuais acidentes de trabalho.
- b) O Cocontratante obriga-se a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, a vida e a segurança do seu pessoal, prestando-lhe ou garantindo a prestação de assistência médica ou outra de que careça por motivo de acidente de trabalho ou doença profissional.